



Número: **0800601-25.2019.8.20.5126**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Santa Cruz**

Última distribuição : **26/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro, Seguro, Espécies de Contratos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42363 675	26/04/2019 10:43	Petição Inicial	Petição Inicial
42363 709	26/04/2019 10:43	1.PROCURAÇÃO	Procuração
42363 807	26/04/2019 10:43	2.RG E CPF	Documento de Identificação
42363 824	26/04/2019 10:43	3.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
42363 831	26/04/2019 10:43	4.DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
42363 850	26/04/2019 10:43	5.CARTA DA SEGURADORA	Documento de Comprovação
42363 857	26/04/2019 10:43	6.BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
42363 872	26/04/2019 10:43	7.DOCUMENTO DO VEÍCULO	Documento de Comprovação
42363 882	26/04/2019 10:43	8.DOCUMENTO DO PROPRIETÁRIO	Documento de Identificação
42363 898	26/04/2019 10:43	9.DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO	Documento de Comprovação
42363 919	26/04/2019 10:43	10.DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DO IML	Documento de Comprovação
42363 927	26/04/2019 10:43	11.PRONTO MÉDICO I	Documento de Comprovação
42363 938	26/04/2019 10:43	12.PRONTO MÉDICO II	Documento de Comprovação

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA
CRUZ – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 704.864.454-02 e na Cédula de Identidade Civil sob o RG nº. 003.477.062 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Das Oliveiras, nº. 58, Conjunto Flores/Zona Rural, Jaçanã-RN vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:



AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE IND DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇ

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04 podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar.

Porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja oferecida uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.

DOS FATOS



É certo que o requerente no dia 13 de agosto do ano de 2016, por volta das 18h00min, foi vítima de acidente de trânsito. Ocorre que o mesmo trafegava sobre um motocicleta, na BR 104 KM 02, sentido Jaçanã-RN, no momento em que foi surpreendido por algumas pedras que haviam ao meio da estrada, o que fez com que o condutor/requerente tentasse desviá-las, porém não conseguiu e perdeu, por esta razão, o controle do referido veículo, chegando a colidir a cair ao solo. No entanto, a vítima, ao colidir com o chão, obteve um afundamento do lado direito da região facial (**Estrutura Craniofacial**), em razão do forte impacto. Contudo, o requerente foi, logo em seguida, socorrido e levado para o Hospital Monsenhor Walfredo Grugel, na cidade de Natal-RN, local por onde recebeu os primeiros atendimentos adequados e intensivos na região afetada, conforme laudos médicos anexos, permanecendo assim, um período de sete dias internado, em virtude dos tratamentos que estavam sendo realizados.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 017/2018 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Nova Floresta/PB, no momento do sinistro, o requerente ia pilotando a motocicleta HONDA CG 125 FAN, Placa HZZ - 2954/SE, Cor Amarela, CHASSI 9C2JC30705R049276, Código RENAVAM 859588092, licenciada em nome de ARIOSVALDO PESSOA SILVA.

Como o autor permaneceu inválido e apresentar uma invalidez parcial e incompleta na razão de 50% (cinquenta por cento), o mesmo requereu na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto às seguradoras consorciadas da requerida (Comprev Previdência S/A – Filial Natal/RN), **sob o sinistro nº. 3180552699** tendo o procedimento extrajudicial se esgotado tendo em vista que a seguradora negou o pedido emitido pelo requerente, sob o argumento de que o autor não apresenta sequelas, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no **valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a invalidez parcial e incompleta na razão de 50% (cinquenta por cento) por lesão em Estrutura Craniofacial.** Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO



A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

e

III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”



Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."** A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel.*



*Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009;
Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2016, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:



-

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

-

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	



Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100% (CEM POR CENTO)
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais , cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
	Percentuais das Perdas



Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas por lesão de estrutura craniofacial (100% - cem por cento) de média intensidade**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente à sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.



Assim entende os nossos tribunais:

“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA –

1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro.

2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRADO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA.

*1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), **os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora.** 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)*

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR.



PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus



direitos judicialmente, independentemente do esaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Incurrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, “II”, ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente **em estrutura craniofacial**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta



por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais, de uma invalidez permanente total). No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC, porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja ofertada uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido à perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.



cinquenta reais).
Dá-se à causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e

Nesses Termos,

Pede deferimento.

Picuí-PB, 26 de abril de 2019.

NILO TRIGUEIRO DANTAS

OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

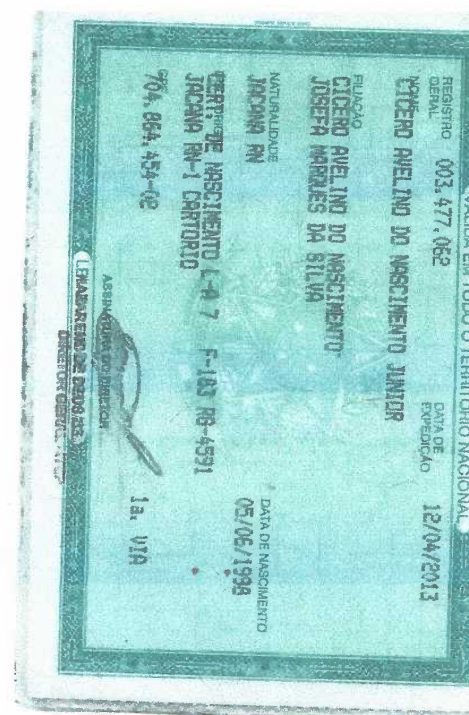
O(A) Outorgante Cícero Avelino do Nascimento Junior
brasileiro, casado, agricultor, portador (a) do RG nº 003.477.062
003.477.062 expedido por SSP/RN e CPF nº 704.864.454-02 residente e
domiciliado(a) na(o) Rua dos Oliveira
nº 58, Bairro conf. Nova 1.ª. quad Cidade Picuí UF RN, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e advogados os
Bels. NILO TRIGUEIRO DANTAS, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220
e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, DIJANIellySON MONTEIRO NOBREGA, inscrito na OAB/PB sob nº.
17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº
47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, a qual
confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, podendo
receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito
sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar
declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas
declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, **e, em especial**, receber em juízo
o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos
necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer.

Picuí-PB, 05 de Julho de 2019.

Cícero Avelino do Nascimento Junior
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com







Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150. Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosem.com.br

DADOS DO CLIENTE
CICERO AVELINO DE SOUZA - 1165314

CPF 050 461 814-9, NLS 31907/9400/

ENDERECO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA DAS OLIVEIRAS 58

FLORES/AREA RURAL
JACANA RN
59225-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Murofagari

CONTA CONTRATO 0852328347 MÊS/ANO 12/2017

DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
03/01/2018	23/01/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)	25.08
---------------------	-------

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
001112517	UNICA	22/12/2017
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
22/12/2017	300003656	110706

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 L/v/h	39,00000000	0,18335518	5,50
Consumo Ativo superior a 30 até 100 L/v/h	37,00000000	0,31432317	11,62
Acrescimo Bateria VERMELHA			1,45
Contribuição Iluminação Pública			2,16
ICMS-Parcela Subvençãoada			3,83
Multa por atraso NF 001127021 - 24/10/17			0,48
Juros por atraso NF 001127021 - 24/10/17			0,21
Atualização IGPM-NF 001127021 - 24/10/17			0,03

TOTAL DATA FILE:

25.08

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO CAT	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
02/20039		23-11-2017	29 053,00	22-12-2017	29 092,00	29	1,00000		67,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

DEC 17	67
NOV 17	70
OCT 17	73
SET 17	72
AGO 17	76
JUL 17	73
JUN 17	68
MAY 17	86
ABR 17	88
MAR 17	84
FEV 17	81
JAN 17	81
DEC 16	85

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR IMPORTE
18,57	18,00	3,34
18,57	0,75	0,14
18,57	3,46	0,64

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Geração de Energia	R\$ 6,82	35,05%
Transmissão	R\$ 0,86	4,63%
Distribuição (Cooper)	R\$ 4,50	24,23%
Perdas de Energia	R\$ 1,11	5,99%
Encargos Setoriais	R\$ 1,37	7,38%
Tributos	R\$ 4,11	22,13%
Total	R\$ 19,57	100%

TARIFAS APLICADAS

TARIFAS APLICADAS	
Consumo Ativo até 20 kWh	0,14263200
Consumo Ativo superior a 20 até 100 kWh	0,24451200

RESERVADO AO FISCO
3A20 EC41 B37E 731B E9DA B5E

[illegible]

ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Venuto	Direttrice	Valore	Venuto	Direttrice	Valore
206.127		23.59			

Em outubro de 1994, a Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu que a União deveria ser suspensa, bem como o então governador do Rio de Janeiro, César Maia, de exercer suas funções nos registros de rastreamento de crédito do EPCE e SERRA S/A, e em outras funções no RJ. Entretanto, o juiz não determinou a suspensão de outras atividades da empresa, bem como o não acesso às informações eletrônicas e a transferência de dados para outros computadores.

não existem débitos em 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações das prestações mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não altera o direito de pagar com juros as prestações de dívidas nem futuras e não discute judicial ou extrajudicialmente o valor das prestações ardo um do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

	SANTA CRUZ CONJUNTO	CHACON 7 APURADO	LIMITE MENSA	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
		1,40	11,01	22,93	44,17
DIC		1,00	7,87	15,34	30,88
FIC		1,40	5,96	0,00	0,00

EUSD - Valor do Encargado de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 6,03

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTORIZADO POR VERGUE ESPECIAL



DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, cicero Avelino do Nascimento junior
brasileiro(a), casado, agricultor, portador do
RG nº 003.477.062 expedido por SSP/RN e do CPF nº
704.864.454-02, residente
na(o) Rua dos Olivários,
município de Ipipema - RN, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 05 de julho de 2018.

cicero Avelino do Nascimento junior

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, nobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel /Hélio Beltrão



Rio de Janeiro, 09 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR**

Nº Sinistro: **3180446841**

Vítima: **CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR**

Data do Acidente: **13/08/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **NILO TRIGUEIRO DANTAS**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180446841**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **13/08/2016**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01277/01278 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13459900



OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 017/2018

Aos **17 de abril de 2018**, nesta cidade de **Nova Floresta**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, quando encontrava-se presente o Bel. **FERNANDO ANTONIO ZOCCOLA FERREIRA**, Delegado de Polícia Civil, comigo **LEANDRO R DE A AZEVEDO**, ao final assinado, ai, por volta das **15:01** horas, compareceu **CÍCERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR**, conhecido(a) por **JUNIOR**, nacionalidade **BRASILEIRA**, estado civil **CASADO**, profissão **AGRICULTOR**, grau de instrução **ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**, com **20** anos de idade, nascido(a) aos **05/06/1998** em **JAÇANÃ – RN**, filho(a) de **CÍCERO AVELINO DO NASCIMENTO** e **JOSEFA MARQUES DA SILVA**, portador(a) de Cédula de Identidade Nº **003.477.062**, expedido pela **SSP/RN** e C.P.F. de Nº **704.864.454-02**, residindo no seguinte endereço **RUA DAS OLIVEIRAS 58**, bairro **CONJUNTO FLORES ZONA RURAL**, cidade de **JAÇANÃ – RN**, telefone: () , celular: **(84) 9.87359273**, **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:**

QUE, no dia 13/08/2016, por volta das 18:00 horas, o noticiante trafegava na MOTOCICLETA HONDA/CG 125 FAN, ANO/MODELO 2005/2005, PLACA HZZ 2954/SE, COR AMARELA, CHASSI 9C2JC30705R049276, CÓDIGO RENAVAL 859588092, LICENCIADA EM NOME DE ARIOSVALDO PESSOA SILVA, na BR 104 KM 02, sentido Jaçanã/RN, já quase no perímetro urbano desta cidade potiguar, quando foi surpreendido por várias pedras que estavam no meio da pista e tentou desviar dos pedregulhos, mas como tudo foi tão repentino o noticiante narra que perdeu o controle da moto vindo a cair no asfalto e bateu a cabeça muito forte no chão, tendo chegado a 'afundar' o lado direito da frente; QUE, o noticiante foi socorrido e levado para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel na cidade do Natal/RN para tratamentos mais especializados e intensivos e ficou lá internado durante sete dias; QUE, até a presente data o noticiante possui sequelas do acidente, como dificuldade de respirar pelo lado esquerdo do nariz. **Nada mais havendo a tratar, depois de lido e achado conforme, vai por mim e pelo(a) noticiante assinada.**

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: CRISTIANO DOS SANTOS, R.G. n.º 002.670.132, C.P.F. n.º 014.864.564-05.

Endereço: SI FLORES 68 FLORES/ AREA RURAL - JAÇANÃ/RN.

2 – Nome: JOSÉ ANTONIO BERNARDO DA SILVA, R.G. n.º 003.160.067, C.P.F. n.º 016.805.944-43.

Endereço: RUA DAS MARGARIDAS 35 FLORES/AREA RURAL - JAÇANÃ/RN.

Nova Floresta/PB, 1 de agosto de 2018.

Cícero Avelino do Nascimento Júnior
CÍCERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR
Noticiante
Leandro R de Azevedo
LEANDRO R DE A AZEVEDO
Escrivão de Polícia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº **8630307801**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 859588092 RNTRC EXERCÍCIO 2010

NOME **ARIOSVALDO PESSOA SILVA**

035.107.924-67

PLACA **HZZ2954**

PLACA ANTIGA **HZZ2954/SE**

CHASSI **9C2JC30705R049276**

PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVEL GASOLINA

VEICULO **HONDA/CG 125 FAN**

2005

2005

CAP/PO/CM 12CV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA **PARTICULAR**

COR PREDOMINANTE **AMARELA**

I P V A	COTA UNICA	VENC. COTA UNICA	1ª	VENC. COTAS
	R\$ 0	09/04/2010	PAGO	
	FAIXA 1 PVA	PARCELAMENTO COTAS	2ª	PAGO
	2811 3X	R\$ *****	3ª	PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) *** TAXAS DETRAN: PAGO *** PRÊMIO TOTAL (R\$) DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

JACANA/RN



Mmga 15/12/2010

VALIDADO POR: NÍLO TRIGUEIRO DANTAS
CONDIÇÃO DE REG. VEÍCULOS, RENAVAM
DETRAN - RN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RNNº **8630307801**

BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO **ARIOSVALDO PESSOA SILVA**

CPF/CNPJ 035.107.924-67

PLACA **HZZ2954**

BILHETE DE SEGURO DPVAT

RNNº **8630307801**

EXERCÍCIO 2010

DATA EMISSÃO 15/12/2010

NOME/ENDEREÇO **ARIOSVALDO PESSOA SILVA**

VIA 1

CPF/CNPJ 035.107.924-67

PLACA **HZZ2954**

COD. RENAVAM **859588092**

MARCA/MODELO **HONDA/CG 125 FAN**

ANO FAB. 2005

CAT. TARIF. 9

CHASSI **9C2JC30705R049276**

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

**Seguradora Líder dos Consórcios
do Seguro DPVAT S/A**

CNPJ: 09.248.608/0001-04

15/12/2010



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE PERICIA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO-II



POLEGAR DIREITO



Ariosvaldo Pessoa Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.936.639
NOME ARIOSVALDO PESSOA SILVA
FUNÇÃO BENEDITO PEDRO DA SILVA
MÁRIA DE FÁTIMA PESSOS SILVA
NATURALIDADE JACANA RN
DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-A 8 F-449 R6-865
JACANA, RN - CARTÓRIO UNICO CARTÓRIO
935.107.924-67
DATA DE NASCIMENTO 25/10/1978

Luciana Lima de Freitas
ASSISTENTE TÉCNICA DE IDENTIFICACAO
LEI Nº 7.116 DE 19/06/03



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ariosvaldo Pessoa Silva,
RG nº 001.936.639, data de expedição 30/03/2018,
Órgão SSP RN, portador do CPF nº 035.107.924-67, com
domicílio na cidade de João, no Estado de
RN, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua João Fernandes da Silva, nº 06,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima ciervo Arelino do N. Júnior, cujo o condutor era
o mesmo.

Veículo: Motocicleta
Modelo: Honda 160 125 FAN
Ano: 2005
Placa: MZ 2954/SE
Chassi: 9C27C30705R049276
Data do Acidente: 13/08/2016
Local e Data: Picuí - PB, 28 de junho de 2018

Ariosvaldo Pessoa Silva
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

SERVIÇO NOT. E REGISTRO CIVIL
Rua Prof. Felinto Florentino, 603
Centro - Tel: (83) 3374-1414
NOVA FLORESTA - PB

Reconheço a(s) _____ (assinatura) por autenticidade
de: Ariosvaldo Pessoa Silva
Dou fé. Tes.º (_____) da verdade.
Nova Floresta - PB, 28/06/2018
Eliana Clementino Pereira
Escrivente Substituta

AHC44893 - XTIXE

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Serviço Not. e Registro Civil
Eliana Clementino Pereira
Escriva Substituta
Nova Floresta - Comarca de Cuité - PB



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Cícero Avelino do Nascimento Júnior

CPF da Vítima

704.864.454-02

Data do Acidente

13/08/2016

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

JAGUARU, 12 de Setembro de 2018

Local e Data

Cícero Avelino do Nascimento Júnior

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Rua Manoel Fortunato de Medeiros, 165 - Centro - CEP: 59.225-000 - Telefone: (84) 3295-2534 - Jaçaná-RN
CNPJ: 11.824.316/0001-14 - E-mail: smsjacana@rn.gov.br

ENCAMINHAMENTO

PRONTUÁRIO Nº: _____ CNS: 7021804116219871169

PACIENTE: Cleus Jélio do N. Júnior

DATA DE NASC.: 05/06/93 SEXO: () MASCULINO () FEMININO

PROFISSÃO: Agricultor ESTADO CIVIL: Solteiro

ENDEREÇO: Rua das Oliveiras

BAIRRO: Conjunto Flores I CIDADE: Jaçaná ESTADO: RN

MOTIVOS DO ENCAMINHAMENTO

- | | | |
|------------------------|---------------------------------------------------|-----------------|
| () FEBRE ALTA | () DESIDRATAÇÃO | () CHOQUE |
| () CEFALÉIA INTENSA | () DIARREIA E VÔMITOS | () HEMORRAGIA |
| () FRATURA | () CONVULSÃO FEBRIL | () OBSTETRÍCIA |
| () CRISE HIPERTENSIVA | () ENVENENAMENTO | () DOR AGUDA |
| () OUTROS | <u>Trauma decorrente queda moto. Necessita de</u> | |

RESUMO CLÍNICO

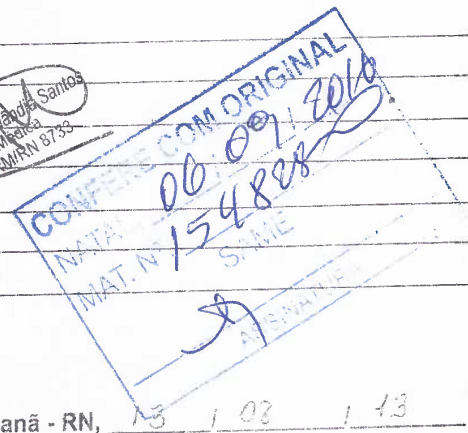
maior avaliação.
Paciente do sexo masculino, vítima de queda de moto há cerca de 20 minutos, colisão frontal com outra moto. Sem capacete, apresentando escoriação em face e região de leve amolecimento em frente.

Glasgow 15, pupilas reagentes e isocóricas; edema palpebral não impedeu bebida oxigênio, nega desmaio e vômito. Refere náusea e náuseas. FC = 84 SpO2 = 98%.

CONDUTA NO PRIMEIRO ATENDIMENTO

1. Voltaren 75mg - 0,2 amp, IM.
2. Plasil 10mg/2mL - 0,1 amp + ASD, EV.

Dra. Joseleide Santos
Médica
CRM/RN 8733



Jaçaná - RN, 13 / 09 / 16

RESPONSÁVEL PELO PLANTÃO





SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
TRAUMATOLOGIA

PACIENTE CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR
DATA DE ENTRADA 13/08/2016 **HORA** 18:23 **Nº BAA** 198094
IDADE 18 **SEXO** M **ETNIA** Pardo
CARTÃO SUS 702804162987169 **ESTADO** Solteiro(a)
CIVIL
CPF 704.864.454-02 **RG** ---
NOME DA MÃE JOSEFA MARQUES DA SILVA
NOME DO PAI CICERO AVELINO DO NASCIMENTO
NASCIMENTO 05/06/1998 **NATURALIDADE** Santa Cruz-RN
TELEFONE (84) 8735-9273 **PROFISSÃO** Agricultor
RUA/AV. Rua Das Oliveiras **Nº** 58
COMPLEMENTO - **BAIRRO** Centro
CEP 59225-000 **CIDADE** Jaçanã-RN
ORIGEM Família **MOTIVO** Acidente de Trânsito / Moto - Moto
ACID. DE TRABALHO Não **USUÁRIO** Brito

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Vítima de queda de moto há ± 4h, vindo de Joazeiro, não usava capacete, não pediu a consciência, não vomitou. Ferimento epistaxe.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A PA pne
B Exame físico
C Exame
D Glasgow 15
E idêntico e equívoco prioritário

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Abdomen flácido.

TOMOGRAFIA/HMWG

Data: 13/08/16 Hora 20.03

Técnico: Fuad P. D. 11

Exame: Faca + Crânio

Médico: Dr. Lúcio

AS 20

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATORIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	BTS-SCORE FINAL

DIAGNÓSTICO INICIAL

Copyright © 2016 | Sistema Amazing | (84) 99613-4442



13/08/2016 18

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

NÃO APENAS ESCUTE; SINTA NÃO APENAS TOQUE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho				LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AIH	
LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO / AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR					
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO					
1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE Hospital Walfredo Gurgel				2 - CNES	
3 - ESTABELECIMENTO DO EXECUTANTE				4 - CNES	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
5 - NOME DO PACIENTE Cícero Avelino do V. Junior				6 - Nº DO PROTOCOLO	
7 - CARTÃO NACIONAL / SUS		8 - DATA DE NASCIMENTO 05/06/1998		9 - SEXO MASCULINO 1 FEMININO 2	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL Josefa Naves da Silva				11 - TELEFONE DE CONTATO	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº)		13 - MUNICÍPIO Jucurutu		14 - BAIRRO Centro	
15 - UF		16 - CEP			
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Dor de costado					
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Necessidade de tratamento cirúrgico					
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) TC de tórax: Abscesso pleural observado fechado e drenado por punção					
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL Tubo		21 - CID INICIAL		22 - CID SECUNDÁRIO	
23 - LAUDOS ASSOCIADOS					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Tubo		25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 030304 008-4		26 - LEITO / CLÍNICA	
27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO Eligível		28 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE Cícero Avelino do V. Junior			
29 - DT SOLICITAÇÃO 13/08/16		30 - CNS / CPF 02546663403			
31 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)					
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)					
32 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO		33 - CNPJ DA SEGURADORA		34 - Nº DO BILHETE	
35 - () ACID. TRABALHO TÍPICO		36 - CNPJ		37 -	
38 - () ACID. TRABALHO TRAJETO				39 -	
40 - CID PRINCIPAL				41 -	
42 - CID SECUNDÁRIO				43 - () GRAVE 44 - () GRAVÍSSIMA	
AUTORIZAÇÃO					
45 - NOME DO PROF. AUTORIZADO		46 - NOME DO PROFISSIONAL / PARECER DE CONTROLE AVALIAÇÃO		47 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	
48 - DT AUTORIZ.		49 - DT AUTORIZ.		50 -	
51 - CNS / CPF		52 -		53 -	
54 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		55 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		56 -	

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde a luz dos valores éticos e humanitários.



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 26/04/2019 10:42:54

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042610415875800000040973053>

Número do documento: 19042610415875800000040973053



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO - 1126714



PACIENTE	CIGERO-AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR						
CARTÃO SUS	702804162987169	Nº	1126714				
IDADE	18	SEXO	M	ETNIA	Pardo	ESTADO CIVIL	Solteiro(a)
NOME DA MÃE	JOSEFA MARQUES DA SILVA						
NOME DO PAI	CIGERO AVELINO DO NASCIMENTO						
RUA/AV.	Rua Das Oliveiras	Nº	58	BAIRRO	Centro		
COMPLEMENTO				CIDADE	Jaçanã-RN		
CEP	59225-000	UNIDADE	Polinho	LEITO	033		
ESPECIALIDADE	Neurocirurgia						
USUÁRIO	Macedo						

ADMISSÃO 13/08/2016 22:35 ALTA 18/08/16 ÓBITO / / DIAS DE PERMANÊNCIA

DIAGNÓSTICO INICIAL

Arteriosclerose coronária fechada

DIAGNÓSTICO FINAL

REVISADO

EM 20/08/16

POR Kátia



Natal, / /

13/08/2016 22:36



ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 1º BME

ANAMNESE # Paciente vítima de colisão moto/moto, sem capacete, evoluindo para trauma de face. Encontra-se consciente, orientado e esperto em Q. ambiente. Nega vômitos ou perda de consciência. Nega perda de acuidade visual. Relata dor (leve) em região frontal.

EXAME FÍSICO Leve hematomas em região frontal. Movimentação ocular preservada sem diplopia. A palpação observou-se abaulamento em região de rebordo supero-orbitário (1). Leve distopia.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA Contusão.

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***

Rx vitais

Rx PA de face/mandíbula
TC de fôss de face.

Hugo José Correia Lopes
Residente de Cirurgia Bucomaxilofacial
RPM - HIGIEN - CRM - RN 42231

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

Insuficiência cardíaca leve e
pulso-veloz a 140 bpm.
CNS: fômites leves, ausência
de 2º e 3º graus, sem
nenhuma alteração.

Dr. Haroldo de Araújo
Cirurgia e Radiologia
Bucomaxilofacial - CRM - RN 1229
CPF: 108.314.514-72

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

13 08 16 - PCR - 21:15h

Colagem de

330mls Ringer

8 de fômites (leve).

Apresenta fômites

direitos, fômites ter

certeira leve

TC como, Atendimento

Orbita frontal direita

simico-velozes fômites

direito, fômites e

Prevenção

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW	
Abertura dos olhos (AO)	4
Olhos se abrem espontaneamente.	
Olhos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3.)	3
Olhos se abrem por estímulo doloroso.	2
Olhos não se abrem.	1
Melhor resposta verbal (MRV)	
Orientado (Responde coerentemente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, onde está e porquê, a data e etc...)	5
Confuso (Responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	4
Palavras inapropriadas (Fala aleatória, mas sem troca conversacional.)	3
Sons ininteligíveis. (Gemendo sem articular palavras.)	2
Ausente.	1
Melhor resposta motora (MRV)	
Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenado.)	6
Localiza estímulo doloroso	5
Retirada inespecífica a dor.	4
Padrão flexor a dor (Desorientação)	3
Padrão extensor a dor (Desorientação)	2
Sem resposta motora.	1
Total	

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13-15 = 4 9-12 = 3 6-8 = 2 4-5 = 1 3 = 0
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	10-20 = 4 5-9 = 3 1-4 = 2 0 = 1
MAIORES	90-100 = 4 60-89 = 3 30-59 = 2 1-29 = 1 0 = 0

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)*

03-08-grave (necessidade de intubação imediata);
09-3-moderado;
14-15-leve

* Referência: TEASDALE G. JENNET, B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974; 2:81-84

* A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que colaboram com a avaliação superior a 3 anos. Na Escala Qualitativa solicita-se ao doente que classifique a intensidade da sua dor de acordo com os seguintes adjetivos:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior Possível
0	1	2	3	4



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Serinho
RELATÓRIO DE HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO

Nome:

Cícero Avelino do D. Junior

Nº Registro:

Serviço:

Idade:

Leito:

HISTÓRIA CLÍNICA

13 de 16

12:22:50

Paciente com história de queda de cabeça e
cabeça e ferida de laceração; apresentando
episódios episódicos.

Paciente com cefaleia leve.

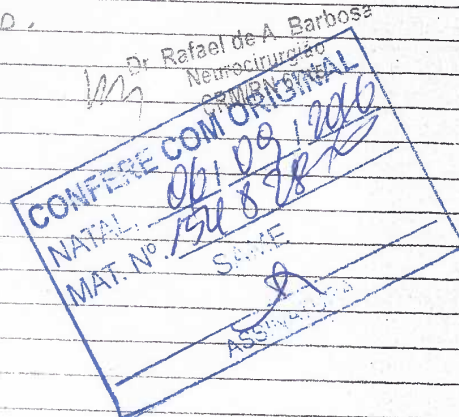
Glaucoma II, glaucoma RNII,
síndrome focal, motricidade ocular extrínseca,
com preservação.

TC de crânio: hemorragia fronto-occipital
direita (fechada) e fratura crânio, fratura
básilar, fratura cervical espinal e fratura lombar
fratura L5-S1.

Até agora realizou tratamento
eletivo pela ATE no HUG,
momento em que está acompanhado
pela Neurologia Simulante.

Dr. Cláudio S. Costa
Neurocirurgião
CRM 10.000

Dr. Rafael de A. Barbosa
Neurocirurgião
CRM 10.000





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel

Pronto Socorro Clóvis Sarinho

EVOLUÇÃO
MULTIDISCIPLINARNome: Cláudio Joelino

Leito:

Idade:

Nº Registro:

DATA

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

14/08/16 Neurocirurgia
08:35h - Apudomato cianoso fechado
- Fratura de pé

Paciente volui estável
Apudomato palmar D
Edema em hemipar D
Discreto
Bom controle de dr
S/ prais
Prate dele

no João Batista

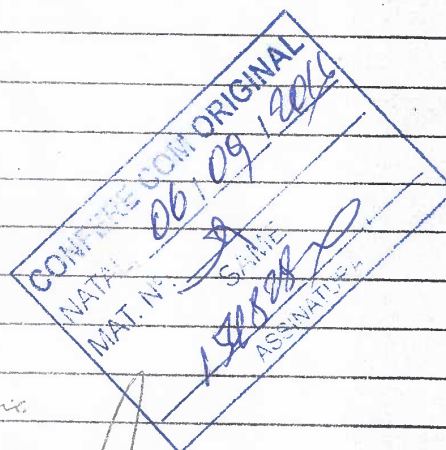
ATUE
NEUROCIRURGIA
CPM/RN 5018
M. Costa

15/8/16 - 2h

D2 - TCE

- Apudomato cianoso
- Apudomato

Paciente hemi
nao ptica hemipar
Glasgow 15
te bem: reducao prais



Dr. Nacio Ary

André Lima Batista
Neurocirurgião Endovascular
CRM/RN 4119

16/08/16 - D3 - TCE - Apudomato

Rapido para bem sila
la. nacio

recebido no âmbito hospitalar, ao usuário a saúde para o bem, e a saúde em situação de emergência clínica, oncológica, aguda de saúde pública, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e com o bem-estar do paciente e a pesquisa em saúde e na dos valores éticos e humanitários.

LAUDO MÉDICO

Paciente CICERO AVELINO DO NASCIMENTO JUNIOR, com 20 anos de idade, agricultor, e procedente de Jaçanã - RN. Foi vítima de acidente de trânsito no dia 13 de Agosto de 2016, quando apresentou trauma grave em Estrutura Craniofacial. Atendimento inicial feito pelo Hospital Municipal de Jaçanã - RN, em seguida foi encaminhado ao Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, Natal - RN, sendo submetido a tratamento cirúrgico de fratura do osso supraorbitário direito para tratamento de afundamento da face. Permanecendo com quadro de dor, limitação na função da respiração, além de se referir ainda a episódios de tontura e cefaleia intermitentes.

CID S 02.7

Cuité - PB, 15 de outubro de 2018



Dr. Carlos Candido Filho
Ortopedia - Cirurgia do Joelho CRM 6948
CLÍNICA CECORE R. Rodrigues Alves, 461
Telefone: 3321-0423

Dr. Carlos Antônio da Rocha Cândido Filho

CRM-PB 6948

